

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Movimentos opostos

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, foi recebido com toda a pompa na sede do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). A entidade está fechada com ele em defesa do marco regulatório dos metais críticos. Nos bastidores, o que se diz é que, se levar em conta as atitudes de Lula e dos setores minério e energia, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, não conseguirá derrubar o ministro, ainda que trave todas as indicações das agências reguladoras.

O sentimento dos senadores

Muitos garantem já ter ouvido de Alcolumbre que as indicações para as agências reguladoras não sairão do papel enquanto os indicados não forem substituídos. E as agências que atuem com os diretores interinos e, em sua maioria, desmotivados.

Situação difícil

O governo tentou apelar aos deputados, mas, ao conseguir menos de 100 votos, ficou claro que o PT voltou aos velhos tempos de oposição, lá no início do governo Fernando Henrique Cardoso. Sem força para fazer valer a sua vontade.

Incongruências

O projeto que aumenta o número de deputados não está sendo bem aceito pela sociedade, e o Ranking dos Políticos alerta para a ampliação de despesa do Estado. "Aumentar o número de deputados é ampliar o custo da máquina pública sem garantir retorno algum à sociedade. O Brasil precisa de eficiência, não de mais cadeiras ocupadas por quem já tem dificuldade em entregar resultados", critica Juan Carlos Arruda, diretor-geral do instituto.

Na contramão

Para ele, o Parlamento está na direção errada. "O Congresso deveria estar discutindo como ser mais enxuto, mais eficaz e mais responsável — não como se tornar maior, mais caro e mais ineficiente", conclui.

A falta que um articulador faz

Enquanto a cúpula do governo digere a derrota desta semana no Parlamento, seus mais fiéis escudeiros concluem que, enquanto o PT ocupar todos os cargos palacianos e continuar puxando o governo para a esquerda, a situação tende a se agravar. A entrada do presidente Lula na negociação com os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e o do Senado, Davi Alcolumbre, adia a crise, mas não arruma a Casa. A avaliação dos aliados é a de que, enquanto o governo não tiver um articulador político mais ao centro, tudo ficará como está. O que se diz, no governo e fora dele, é que não será com Rui Costa na Casa Civil e Gleisi Hoffmann na coordenação política que Lula terá sucesso na Câmara ou no Senado.

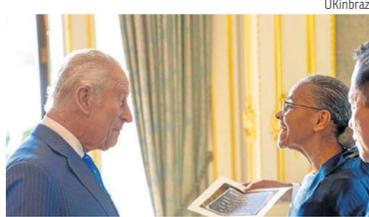
Será declaração de guerra/ É assim que os congressistas têm se referido à ideia do governo de levar a derrubada do decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) ao Supremo Tribunal Federal. Para eles, a situação requer diálogo, e não de imposição de projetos.



Todo mundo quer a sua

Quem também quer uma federação, melhor dizendo, uma nova, é o Cidadania. A federação com o PSDB vai acabar, e o partido estuda uma aliança com o PSD, PSB ou MDB — que está quase federando com o Republicanos. Até o momento, o favorito da direção da legenda é o partido de João Campos.

CURTIDAS



A "rainha ambiental" / A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, faz sucesso. Em Londres. Ela esteve esta semana com o Rei Charles III (foto), do Reino Unido, e aproveitou para mencionar a ele que a castanheira que o rei plantou no Brasil, em abril de 1991, continua viva e está com 15 metros de altura.

Celebridade I/ Aliás, não são poucas as autoridades que pedem para conversar com Marina. Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, quando o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, esteve no Brasil, em outubro de 1997, ele pediu que seu cerimonial desse um jeito para conhecer a então "senadora da floresta" Marina, que estava bem atrás no quônetel do Itamaraty, longe de onde o presidente estadunidense passaria, foi colocada num local estratégico. O intérprete da conversa foi o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Celebridade II/ À época, a coluna acompanhou de perto a conversa. Clinton parabenizou Marina pelo trabalho em defesa do meio ambiente, relatado a ele alguns meses antes pela então primeira-dama dos Estados Unidos, Hillary Clinton. Marina havia conversado com Hillary Clinton durante encontro promovido pela então primeira-dama Ruth Cardoso, quando da visita da autoridade norte-americana ao Brasil.

Lide Coreia/ O fundador do Lide e ex-governador de São Paulo João Dória anunciou, em conversa com o cônsul da Coreia do Sul, Jin-Weon Chae, que o grupo Líderes empresariais abrirá seu escritório em Seul em 2026. A ideia é ampliar a conexão do Brasil com outros mercados estratégicos no plano internacional.

Colaborou Israel Medeiros

REGULAÇÃO DA INTERNET

STF amplia responsabilidade das redes

Big techs devem ter a iniciativa de retirar conteúdos considerados ofensivos. Mudanças valem até o Legislativo regular o tema

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, que as redes sociais devem ser responsabilizadas por conteúdos ofensivos publicados por seus usuários, sem a necessidade de uma decisão judicial. Por oito votos a três, os ministros entenderam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet é parcialmente inconstitucional, pois há omissão na proteção de direitos fundamentais da pessoa humana.

A Corte realizou 12 sessões para discutir a ação. Em 11 de junho, a maioria foi formada para responsabilizar as plataformas pelos conteúdos considerados ofensivos e ampliar o compromisso das big techs na remoção de notícias falsas. Os ministros Dias Toffoli (relator), Luiz Fux (relator), Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes defenderam a moderação de publicações.

Uma das principais mudanças é que as redes deverão levar em conta a notificação extrajudicial para remover um conteúdo irregular. Isso deve valer enquanto não houver uma nova lei sancionada para tratar do assunto. As empresas também devem responder civilmente por danos morais causados por conteúdos ofensivos ou ilegais, como racismo, discurso de ódio, incitação à violência e fake news.

Para a maioria do Supremo, as regras vigentes atualmente — que prevê a remoção somente com decisão judicial — não são suficientes para preservar a dignidade humana. O novo entendimento define que em casos de posts contendo crimes, as plataformas devem agir de forma proativa, além de criarem mecanismos para promover um ambiente virtual saudável.

A ministra Cármen Lúcia lembrou, durante o julgamento, do caso da menina Sarah Raíssa Pereira,

8 anos, que morreu, no Distrito Federal, após participar do "desafio do desodorante", prática que consiste em inalar aerossóis pelo maior tempo possível. A magistrada destacou a responsabilidade das big techs em moderar esse conteúdo nocivo.

"Um dos fundamentos do meu voto é a função social da propriedade. Se eu propício alguém poder desempenhar uma função antissocial e inconstitucional de cercear inteiramente a liberdade e induzir uma criança a entrar numa disputa para ver quem consegue ficar mais tempo sem respirar e a criança morre, está tudo bem?", questionou a ministra.

Divergências

Na outra ponta, André Mendonça, Edson Fachin e Nunes Marques discordaram. Para eles, a regulamentação do tema cabe ao Congresso Nacional. Fachin, inclusive, argumentou que é "péssima a experiência" que o Brasil teve com a moderação de conteúdos.

"O que hoje parece insuficiente e a merecer regulação específica pode muito bem ser amanhã regulado por outros atores institucionais. E se há obrigação de todos para combater o conteúdo ilícito, então corremos o risco de ver temerárias ações de investigação atingirem jornalistas e professores", completou.

Nunes Marques foi o último a votar. Ele entendeu que o artigo 19 do Marco Civil da Internet, vigente desde 2014, é constitucional e votou para que as plataformas sejam responsabilizadas apenas se houver uma decisão judicial específica para a remoção de um determinado conteúdo.

O ministro André Mendonça defendeu que o debate fique fora do poder Judiciário. "Penso que, ao assumir maior protagonismo em questões que deveriam ser objeto de deliberação pelo Congresso

Ton Molina/STF



Barroso ressaltou a prudência do STF: "O tribunal não está legislando. Está decidindo dois casos concretos"

Nacional, o Poder Judiciário acaba contribuindo, ainda que não intencionalmente, para a agudização da sensação de desconfiança hoje verificada em parcela significativa da sociedade", disse.

Reunião de alinhamento

Após o voto de Nunes Marques, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, esclareceu que o Supremo não está tentando legislar no lugar do Congresso, mas que o debate é urgente e precisa de resolução. "Conseguimos assentar majoritariamente essas regras que definem em que casos prevalece a necessidade de ordem judicial, em que casos a remoção do conteúdo deve se dar por notificação privada", disse.

"O tribunal não está legislando. O tribunal está decidindo dois casos concretos que se puseram perante ele e estamos definindo critérios que vão prevalecer até o momento em que o Poder Legislativo vier a prover acerca dessa matéria", completou. Mais cedo, Barroso havia

reunido os ministros em um almoço para costurar um consenso sobre as redes sociais. Nos bastidores, o entendimento dos ministros é de que a Corte deve se blindar de

possíveis reações do Legislativo quanto à definição do julgamento. Para o Congresso Nacional, a decisão da regulamentação cabe apenas aos parlamentares.

O que mudou

- » Redes sociais devem ser responsabilizadas por não removerem conteúdos ilícitos após serem notificadas extrajudicialmente;
- » Notificações não se aplicam à legislação eleitoral, pois há regras específicas do TSE para esses casos;
- » Casos de racismo, pedofilia, discurso de ódio e incitação à violência devem ter remoção imediata;
- » Empresas devem criar canais de denúncias sob sigilo e monitorar ativamente conteúdos criminosos;
- » Em casos de crimes contra a honra, como difamação, vale a regra anterior. As plataformas só são obrigadas a retirar conteúdo por ordem da Justiça. Não serão punidas se não excluírem o conteúdo mediante notificação extrajudicial.



PARTIDO RENOVARADOR TRABALHISTA BRASILEIRO CANCELAMENTO DE CONVENÇÃO

Os Convencionais do **PARTIDO RENOVARADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB)**, que convocaram a Convenção Nacional Extraordinária, nos termos do Estatuto Partidário e do art. 60, do Código Civil, que seria realizada no dia 28/06/2025, com início às 11h (onze horas), no SHS – Qd. 05, Bl. C, San Marco Hotel, Asa Sul, Brasília/DF, vem informar o **CANCELAMENTO DA CONVENÇÃO**, em razão de notícias acerca de filiados expulsos, a fim de que se apure a veracidade da notícia, bem como sejam analisados, com precisão, quais os convencionais aptos.

Brasília/DF, 26 de junho de 2025

Adriana Fernandes Ferrugem de Oliveira
Anthony Leonardo Moreira Grillo
Chanter Lane Pereira de Almeida
Claudio José José Vieira
Giulia Rodrigues de Pinho
João Guimarães Aguiar
João Pedro Rodrigues dos Santos

Josué Vaz da Costa
Magno Marciel Ramos Barbosa
Nataly Vieira de Pinho
Renan Pinho Bonfim
Vanessa Barros Machado
Vinicius Barros Rocha Machado